

ANEXO

RESULTADOS DA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UNIÃO EUROPEIA EM MATÉRIA DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

1. Programa de 18 meses das três Presidências

Com o objectivo de dar maior coerência e continuidade à programação das actividades do Conselho, na área do Desenvolvimento, o Trio de Presidências – Alemanha, Portugal e Eslovénia – elaborou um documento de programação conjunta para o período de Janeiro de 2007 até ao final do 1º semestre de 2008, intitulado “**Fortalecimento do Papel da União Europeia enquanto Parceiro Global para o Desenvolvimento**”, que foi apresentado, em Berlim, em 20 de Dezembro de 2006 e no Parlamento Europeu em 30 de Janeiro de 2007.

Este procedimento foi uma inovação que permitiu às Presidências juntar esforços para atingir os mesmos objectivos – lutar contra a pobreza e atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio em todo o mundo, com especial foco em África. As três Presidências definiram prioridades e iniciativas comuns, durante este período, com o objectivo de implementar: a Declaração conjunta sobre a Política de Cooperação para o Desenvolvimento da UE (Consenso Europeu), aprovado no Conselho Europeu de Dezembro de 2005; os compromissos assumidos em Monterrey para uma maior e melhor ajuda; os compromissos para aplicação da Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda; os compromissos assumidos na Reunião de Alto Nível das Nações Unidas sobre os ODM.

2. Programa da Presidência Portuguesa

O **Programa da Presidência portuguesa** integrou-se no contexto do Programa do Trio, embora com prioridades específicas. Para além de dar continuidade aos trabalhos, na sequência do Consenso Europeu, Portugal, no 2º semestre de 2007, realçou o tema da Coerência das Políticas para o Desenvolvimento com especial ênfase para as questões das Migrações e Desenvolvimento e criação de uma Aliança Global sobre Alterações Climáticas, e o tema da Fragilidade dos Estados, bem como a ligação destes com as questões da Segurança e Desenvolvimento. Para além disso, aprofundou as questões de Desenvolvimento, inseridas na Estratégia conjunta UE-África.



Para Portugal foi vital **focalizar a acção em África**, onde a União Europeia tem particular responsabilidades e onde a luta contra a pobreza deve ser acentuada, nomeadamente na África Subsariana, para que todos os países possam atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Foi dado grande ênfase ao diálogo com os parceiros africanos, com os Governos e também com a Sociedade civil, para se conseguir consenso sobre a Estratégia conjunta UE – África, e respectivo Plano de Acção, que foi adoptada na Cimeira UE-África, em 8 e 9 de Dezembro, em Lisboa.

No âmbito da Ajuda ao Desenvolvimento, o Programa da Presidência portuguesa foi apresentado no Parlamento Europeu pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, em 17 de Julho de 2007. Após esta apresentação, os diversos temas foram abordados e discutidos nos Grupos do Conselho: Cooperação para o Desenvolvimento (CODEV), África Caraíbas e Pacífico (ACP) e Ajuda Alimentar (ALIM). Outro fórum de discussão importante foi a Reunião informal dos Ministros do Desenvolvimento que teve lugar no Funchal, em 21-22 de Setembro. A discussão dos temas continuou no Conselho Assuntos Gerais e Relações Externas, em Bruxelas em 19-20 de Novembro, com a presença dos Ministros do Desenvolvimento e dos Ministros da Defesa, onde foram aprovados vários textos de Conclusões.

3. Principais resultados da Presidência Portuguesa em matéria de cooperação para o Desenvolvimento

Dos temas abordados na Presidência portuguesa destacam-se os seguintes:

- **Segurança e Desenvolvimento** - Com base num documento conjunto Secretariado-geral do Conselho / Comissão, e subsequente discussão em reuniões conjuntas dos Grupos de trabalho do Conselho e na reunião Informal de Ministros do Desenvolvimento decorrida em Setembro no Funchal, foram adoptadas Conclusões, no CAGRE de Novembro, onde foi sublinhada a importância donexo entre as duas políticas, como forma de aumentar a complementaridade, a coerência e a eficácia da acção externa da UE.

Foi a primeira vez que os Ministros das duas áreas discutiram o tema em conjunto, com base no trabalho conjunto do Secretariado-geral do Conselho, da Comissão e dos Estados membros. Este trabalho desenvolvido pela Presidência portuguesa e as Conclusões adoptadas, não pretendeu constituir um momento único, mas antes marcar o início de um processo de cooperação entre a Segurança e o Desenvolvimento, áreas com responsabilidade específicas mas com objectivos comuns. Estas Conclusões apelam ao aprofundamento do trabalho, incidindo em variantes do nexos não abrangidas neste documento, e à definição de um Plano de Acção por parte da Comissão e Secretariado-geral do Conselho, sob supervisão das futuras Presidências.

- **Ajuda Humanitária** - Foi aprovado o Consenso Europeu em matéria de Ajuda Humanitária,



primeiro documento de enquadramento sobre a política de Ajuda humanitária da UE e dos Estados Membros, e assinado pelas três Instituições – Conselho, Comissão e Parlamento Europeu.

Este Consenso orientará a política de ajuda humanitária da UE com base nos princípios de imparcialidade, neutralidade, humanidade e independência.

- **A resposta da UE a situações de Fragilidade** - Tema prioritário para a Presidência Portuguesa, a discussão do tema “A Resposta da UE a situações de fragilidade” iniciou-se com a apresentação de um estudo encomendado pela PPUE (desenvolvido pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais de Lisboa e pelo European Centre for Development Policy Management), e entretanto publicado. Esta discussão envolveu não só Estados membros e instituições europeias, como obteve o “input” de organizações como o Banco Mundial. A preocupação com as situações de fragilidade foi enquadrada no âmbito de dois dos temas/documentos transversais da Política Europeia de Cooperação para o Desenvolvimento – A Coerência das Políticas para o Desenvolvimento e o Código de Conduta sobre Complementaridade e Divisão de Tarefas.

No Conselho de Ministros de Novembro seriam aprovadas Conclusões onde é reconhecida a necessidade da UE fazer uma utilização mais eficaz dos diversos instrumentos ao seu dispor – diplomáticos, de desenvolvimento, de segurança e de ajuda humanitária – para a promoção da estabilidade e do desenvolvimento através da prevenção de situações de fragilidade. Estas Conclusões do Conselho mandatam a Comissão para o levantamento dos instrumentos financeiros comunitários e bilaterais disponíveis, bem como das possibilidades de intervenção dos Estados Membros e para a preparação de um plano de execução a ser apresentado em 2009. Este trabalho deverá começar com a formação, a nível europeu, de equipas de trabalho temáticas e por país e com o estudo de casos piloto.

- **Coerência das Políticas para o Desenvolvimento** - Como resposta ao 1º Relatório Bienal sobre Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (CPD), elaborado pela Comissão Europeia, um alargado debate interno foi promovido no Conselho, nomeadamente ao nível dos Grupos de trabalho e Comités das 12 áreas visadas no Programa 2006-2007 sobre CPD. Desse debate resultaria a aprovação: de Conclusões sobre Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (aspectos gerais); de Conclusões específicas sobre coerência entre as Políticas da UE de Migração e Desenvolvimento, com o objectivo de maximizar os benefícios das migrações, para o desenvolvimento e, nesse contexto, dar uma atenção muito particular ao potencial das comunidades de imigrantes para o desenvolvimento dos seus países de origem, ao apoio às capacidades institucionais dos países para lidarem com o fenómeno migratório e à redução de alguns impactos negativos, como é o caso da fuga de cérebros; de Conclusões sobre a criação de uma Aliança Global sobre Alterações Climáticas entre a UE e os Países Em Desenvolvimento pobres e mais vulneráveis às alterações climáticas. Este último texto constituiu ainda um contributo para a Conferência de Bali de 4 de Dezembro.



- **Ajuda ao Comércio** - Portugal acompanhou e contribuiu de forma activa para o debate no seio da UE, e no contexto multilateral, em particular no quadro da OMC, para o aprofundamento das matérias ligadas ao Comércio e Desenvolvimento.

No quadro específico da Presidência Portuguesa da UE, é de assinalar a adopção formal pelo Conselho de Assuntos Gerais e Relações Externas, na sua Sessão de 15 de Outubro, da “Estratégia da UE para a Ajuda ao Comércio - reforçar o apoio da UE para suprir as necessidades no domínio comercial dos países em desenvolvimento”, a qual assumiu uma importância particular por ter permitido apresentar, em tempo útil, a posição da UE nesta matéria na Reunião da OMC de Avaliação Global da Ajuda ao Comércio realizada em Genebra a 20-21 de Novembro de 2007, e contribuir para as negociações dos Acordos de Parceria Económica com os países ACP.

- **Dias Europeus do Desenvolvimento** - Entre 7 e 9 de Novembro, Portugal foi o país anfitrião e co-organizador com a Comissão, na FIL/EXPO, da 2ª Edição dos Dias Europeus do Desenvolvimento sobre a temática “Alterações climáticas e Desenvolvimento.” Portugal, além de país anfitrião, foi igualmente co-organizador e co-financiador, entre outras, das acções culturais da vertente Grande Público.

O evento contou com cerca de 3000 participantes profissionais, conferencistas, e visitantes, das Instituições europeias, dos EM, dos países parceiros do desenvolvimento, das organizações parlamentares, das organizações internacionais e da sociedade civil – Fundações, ONGS, ONGDS, sector privado e financeiro. Contou ainda com a participação de 70 stands dando a conhecer os respectivos projectos e programas no domínio do desenvolvimento daquelas organizações, entre os quais o do IPAD, e foram realizados cerca de 50 eventos paralelos

A realização em Portugal dos Dias Europeus do Desenvolvimento tiveram a particularidade de ser o arranque da descentralização desta iniciativa comunitária num Estado membro, permitindo uma verdadeira apropriação europeia dos seus objectivos, a primeira vez aberta ao público em geral, abrindo caminho a que se imponha como um verdadeiro Fórum informal da UE para o debate inter actores em matéria de Desenvolvimento.

Relativamente à **Ajuda Alimentar** e na sequência da discussão que teve lugar na Conferência sobre Ajuda Alimentar que se realizou em Berlim, em Maio de 2007, ficou demonstrado que a Convenção da Ajuda Alimentar deverá continuar a fazer parte da arquitectura da ajuda multilateral, embora com algumas reformas profundas. No Grupo ALIM, os Estados membros concordaram que a actual Convenção da Ajuda Alimentar deve ser renegociada, após a conclusão das negociações da OMC. Na sessão do Comité da Convenção da Ajuda Alimentar ficou acordado que se deveriam encetar as negociações em Junho 2008.



4. Relações UE-África

Neste contexto, será de realçar a realização da **Segunda Cimeira de Chefes de Estado e de Governo UE-África**, entre 8 e 9 de Dezembro, em Lisboa.

A realização desta Cimeira, que foi identificada como umas das grandes prioridades da PPUE, representou um marco fundamental no relacionamento entre os dois continentes, ao relançar e aprofundar o diálogo político ao mais alto nível e ao lançar as bases para o relacionamento futuro, tendo em conta os desenvolvimentos registados nos continentes africano (lançamento da União Africana e da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano) e europeu (processo de alargamento da UE), bem como os novos desafios presentes ao nível global (ex. alterações climáticas).

A Cimeira Europa-África de Lisboa resultou na aprovação da **Estratégia Conjunta África - UE e do Primeiro Plano de Acção, para a sua implementação no período 2008-2010**, que foram alvo de uma intensa discussão ao nível dos peritos, altos funcionários e das Troikas Ministeriais UE-África, ao longo de 2007, e de um amplo processo de consulta pública à sociedade civil africana e europeia através do site <http://europafrica.org/>. Portugal participou activamente na elaboração destes documentos, não só enquanto Presidência mas também enquanto membro da Troika, no primeiro semestre. Contribuiu ainda financeiramente para o processo de consulta pública através do *European Centre for Development Policy Management* (ECDPM), que funcionou como facilitador desse processo.

A Cimeira UE-África adoptou ainda uma declaração política – a **Declaração de Lisboa** - resumindo a nova visão estratégica do relacionamento entre os dois continentes e os principais compromissos assumidos para a sua realização.

Dada a necessidade de implementação urgente dos compromissos assumidos na Estratégia Conjunta e no Plano de Acção UE-África, ainda em Dezembro de 2007, foi iniciada, sob Presidência Portuguesa, a reflexão acerca dos mecanismos e arranjos institucionais adequados para esse efeito. Esta reflexão será concluída no início de 2008, sob Presidência Eslovena.

O habitual debate anual de orientação sobre a eficácia da acção externa da UE, entre os Ministros do Desenvolvimento, que teve lugar no CAGRE de Novembro, foi também dedicado ao tema "**A Estratégia UE – África e o Plano de Acção e as respectivas implicações para a Política de Desenvolvimento da UE**", com base num documento preparado pela PPUE. Os Ministros sublinharam a importância destes documentos e as implicações na área do Desenvolvimento, tanto ao nível da arquitectura institucional como dos instrumentos financeiros, bem como a necessidade de aumentar a coerência, definir abordagens comuns e criar sinergias entre as várias áreas abrangidas pela Estratégia Conjunta e Plano de Acção.

Ainda no que diz respeito às relações UE-África, foi formalmente lançada em Outubro de 2007, em Addis Abeba, uma **Parceria UE-África para as Infra-estruturas** que se encontra entre as



principais acções prioritárias estabelecidas no Plano de Acção África – UE. Portugal irá brevemente aderir a esta Parceria, com uma contribuição no valor de 1 M€.

Em Novembro de 2007 foram adoptadas Conclusões do Conselho sobre a **Dinamização da Agricultura em África** (CAGRE de Novembro), cujas orientações deverão ser também concretizadas no quadro da Estratégia Conjunta e do Plano de Acção.

De referir ainda pelo seu significado, que foi possível, mercê do empenho de Cabo Verde a que Portugal deu o seu apoio incondicional, concretizar durante a Presidência portuguesa a **Parceria Especial UE-Cabo Verde**, a primeira que a União estabelece com um país ACP. Tal como é reconhecido nas Conclusões adoptadas no CAGRE de Novembro, com esta iniciativa serão reforçadas e aprofundadas as relações entre a UE e Cabo Verde, evoluindo-se de uma lógica de cooperação para o desenvolvimento para um quadro de cooperação baseado em interesses comuns, nomeadamente diálogo político, segurança, migrações e desenvolvimento económico

5. Relações UE-ACP

Neste âmbito, será de destacar o acordo que foi obtido no Conselho, durante a Presidência portuguesa e depois de prolongadas negociações entre os Estados membros e a Comissão, sobre o **Regulamento Financeiro do 10º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED)** e o **Regulamento Interno do Comité FED**, instrumentos essenciais para que o 10º FED possa ser aplicado a partir do início de 2008.

O segundo semestre de 2007 foi ainda marcado pela intensificação das negociações dos **Acordos de Parceria Económica (APE) ACP-CE**, tendo sido adoptadas conclusões sobre o assunto nas sessões do CAGRE de Novembro e Dezembro. Dada a impossibilidade de finalizar as negociações dos APE com todas as regiões ACP antes da data limite de 31 de Dezembro, o Conselho autorizou a Comissão a prosseguir a negociação em duas fases, através: da negociação de acordos interinos compatíveis com as disposições da Organização Mundial do Comércio inclusive no domínio do acesso ao mercado, como solução provisória para as regiões ou sub-regiões ACP; da continuação das negociações nas restantes áreas, ao longo de 2008, com vista à celebração de APE completos até ao final desse ano.

O **relacionamento especial da UE com a África do Sul** foi outro tema importante da PPUE. Neste contexto, realizou-se em Pretória a 2ª Reunião da TROIKA ministerial UE- África do Sul e a 8ª sessão do Conselho conjunto, onde foi feito um balanço do relacionamento entre as partes e se avançou na revisão do Acordo de Comércio Cooperação e Desenvolvimento (TDCA). Foi a segunda vez que o Conselho de Cooperação reuniu em Pretória. A anterior reunião do Conselho em Pretória teve também lugar sob PPUE, no primeiro semestre de 2000.

À margem dos Dias Europeus do Desenvolvimento (7 Novembro), foram ainda assinados, em Lisboa, os seguintes documentos:



- **Memorando de Entendimento entre a Comissão Europeia e os PALOP e Timor Leste** - Este Programa irá dar continuidade ao PIR PALOP, no quadro do 10º Fundo Europeu de Desenvolvimento (2008-2013), concentrando-se na Governação democrática “Iniciativas no domínio Governação PALOP/Timor Leste”, como factor fundamental para o desenvolvimento e luta contra a pobreza.
- **Memorando de Entendimento entre a Comissão Europeia e o Secretariado Executivo da CPLP** – Tem em vista reforçar a concertação, a cooperação e a coordenação entre si, bem como assegurar a complementaridade e as sinergias necessárias a fim de aumentar o valor das suas acções, projectos e programas conjuntos.

6. Nações Unidas

Ainda no que respeita à Cooperação para o Desenvolvimento, a Presidência portuguesa concretizou-se igualmente ao nível das **Nações Unidas**, sobretudo na preparação, coordenação e defesa das posições da UE nos trabalhos do ECOSOC e da Comissão para os assuntos Económicos e Financeiros (2ª Comissão).

ECOSOC

Preparação das posições e intervenções, em nome da UE, no **Segmento de Alto Nível do ECOSOC** (2-5 de Julho) sobre o tema da erradicação da pobreza e da fome.

Na Sessão Plenária foram lançados os dois novos Mecanismos do ECOSOC – a Revisão Ministerial Anual (AMR) e o Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento (DCF) e foi adoptada uma Declaração Ministerial.

A delegação Portuguesa foi chefiada pelo Secretário de Estado da Segurança Social e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação. Participação do Presidente do IPAD, enquanto orador, na Mesa Redonda relativa à Coerência e Coordenação de políticas macroeconómicas a todos os níveis no âmbito da discussão temática sobre o Reforço dos Esforços na promoção de um crescimento económico sustentado favorável aos pobres, incluindo através de políticas macroeconómicas equitativas.

Preparação da intervenção da UE no **Segmento de Actividades Operacionais dos Programas e Fundos das Nações Unidas** (10-13 de Julho) com a discussão em torno do TCPR – *Triennial Comprehensive Policy Review*, tendo em vista a negociação e a aprovação da resolução no contexto da Assembleia Geral das Nações Unidas.

- 2ª Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas
 - **Financiamento ao Desenvolvimento:**



- **Diálogo de Alto Nível:** preparação e participação em nome da UE no Diálogo de Alto Nível sobre o Financiamento do Desenvolvimento e preparação e participação, em nome da EU, na Mesa Redonda sobre o aumento da cooperação técnica e financeira internacional para o desenvolvimento (23-24 Outubro).
- **Seguimento da Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento:** Adopção por consenso da Resolução relativa ao seguimento da Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento – Revisão e Implementação do Consenso de Monterrey.

- **Países em situações especiais: PMA e LLDC**

No âmbito dos **PMA** (Países Menos Avançados) foi aprovada Resolução relativa à IIIª Conferência das Nações Unidas para os PMA com a decisão de organizar uma IVª Conferência até ao final da corrente década, muito embora a EU tenha questionado a necessidade de realização desse evento.

Relativamente aos **LLDC** (Países Enclave em desenvolvimento) foi aprovada a Resolução que considera a realização de dois dias de plenário, no âmbito da 63ª Assembleia Geral, relativa à revisão, a meio-percurso, do Programa de Acção de Almaty.

- **Desenvolvimento Sustentável: SIDS**

Aprovação de uma Resolução relativamente aos SIDS (Pequenos Estados Insulares em desenvolvimento), com a introdução de preocupações relativas aos impactos negativos das alterações climáticas sobre estes países, assim como a decisão, proposta pela UE, de avaliar o progresso alcançado na implementação do programa de Acção das Maurícias durante a 65ª Assembleia Geral (2010/2011).

- **Erradicação da Pobreza: 2ª Década para a erradicação da Pobreza**

Adopção de uma Resolução relativa à implementação da 1ª Década para a erradicação da pobreza por consenso e proclamação da 2ª Década para a erradicação da pobreza apesar das reservas da UE nesta matéria. Nesse sentido, a EU apresentou uma EOP (Explicação de Posição) reiterando a sua convicção de que no contexto do combate à pobreza, os ODM deverão continuar a ser o ponto de base quer para as Nações Unidas quer para a comunidade internacional.

- **Actividades Operacionais do Desenvolvimento**

Revisão trienal das Actividades Operacionais dos Fundos e Programas das Nações Unidas com adopção, por consenso, de uma resolução que, de acordo com os objectivos da UE, reconfirmou a anterior Resolução (de 2004), que regista progressos em diferentes domínios como sejam género, transição, custos de transacção e eficiência e ainda que inclui referência aos Direitos Humanos,



reconhecendo a relação entre Paz, Segurança, Desenvolvimento e D.H e introduz conceitos importantes como responsabilização e transparência do sistema das Nações Unidas.

- **Parcerias Globais para o Desenvolvimento**

Apresentação de uma proposta de Resolução no domínio das parcerias globais para o desenvolvimento, resolução bianual apresentada normalmente pela UE. A mesma foi aprovada por consenso.

- **Outros: Graduação de Samoa**

Foi aprovada a Resolução relativa à graduação da Samoa da lista de PMA. Refira-se que este foi um processo extremamente longo que finalmente foi concluído positivamente.

ACM, 28 de Janeiro de 2008